

# Por que o Brasil ficou refém d

Jornal da Unicamp – Quais são as principais conclusões do livro?

Ricardo Carneiro – As conclusões não são nada otimistas. Analisando o governo Lula, constatamos que foram registrados ganhos em algumas áreas. Ocorre que esses ganhos ficaram aquém do que poderia ter sido feito ao longo do governo. Mais do que isto: eles foram de fato resultantes, na área econômica, de uma conjuntura internacional muito favorável. Se essa conjuntura mudar, uma grande parte desses ganhos será revertida.

Por exemplo, foram registrados ganhos na área externa. As exportações cresceram muito rapidamente. Isso possibilitou que esse momento fosse aproveitado, sobretudo pelo setor público, para pagar parte da dívida. Houve, portanto, uma melhoria da chamada vulnerabilidade externa. Mas, ao mesmo tempo, a sustentabilidade desses ganhos é muito questionável diante de uma reversão do cenário internacional.

JU – Por quais motivos?

Carneiro – Por duas razões. Primeiro, porque o crescimento das exportações foi muito fundado em *commodities* primárias e industriais. Trata-se, portanto, de uma composição de comércio muito ruim. Ela é, por exemplo, muito mais sensível aos ciclos internacionais que a composição baseada em manufaturados de média e alta tecnologias. Desse ponto de vista, o fato de a taxa de câmbio ter se valorizado é péssimo, pois impede que avancemos no sentido de um comércio exterior de melhor qualidade.

A segunda razão deve-se ao fato de que, embora seja verdade que o governo tenha quitado parte da dívida, o país abriu ainda mais a sua economia na área financeira. O Brasil recebeu, sobretudo em 2005 e 2006, uma avalanche de capitais de curto prazo. Abriu-se o mercado de dívidas públicas para estrangeiros e a Bolsa recebeu muito capital especulativo.

Isto certamente será testado nos ajustes que serão feitos neste ano e em 2008. Na verdade, os economistas não têm capacidade de fazer previsão. Na minha opinião, sairemos um pouco chamuscados desse teste. Se o país se sair bem nesse ajuste internacional, que é quase inevitável, a vulnerabilidade externa pode ter sido superada. Do contrário, veremos até onde vai essa fragilidade.

JU – E os demais ganhos?

Carneiro – Registraram-se ganhos também nas áreas de distribuição de renda e emprego. Neste último caso, em razão da economia voltar a crescer comandada pelas exportações. São setores mais formalizados, grandes empresas etc. Por outro lado, num primeiro momento do governo, as importações cresceram muito pouco. O câmbio era favorável à produção doméstica. Mas, já no final, registrou-se uma desaceleração do emprego, a ponto de motivar um pronunciamento do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quanto à posição da taxa de câmbio. Ele vê claramente que isto já está tirando emprego no âmbito doméstico.

Ou seja, houve uma performance boa do emprego, mas ela não é sustentável. Na distribuição de renda, registramos ganhos importantes mas eles estão vinculados sobretudo à desaceleração muito forte da inflação. De novo, a taxa de câmbio teve um peso importante na queda da inflação. É claro que isto é, de certa forma, artificial. A pergunta é: quanto tempo vai durar?

Houve também a implantação dos programas distributivos. Eles foram importantes – o aumento do salário mínimo, a questão do bolsa-família etc. O aumento do salário mínimo sobretudo foi central, já que ele é o indexador da política social. Tudo é referenciado a ele. Qual o problema? Trata-se de uma política necessária, importante

que seja feita, mas que só é sustentável se houver crescimento econômico.

JU – Onde está a assimetria?

Carneiro – Vai haver um comprometimento cada vez maior do Orçamento com essas políticas. É despejada uma conta vez maior na política social. Desse ponto de vista, portanto, ela também não é sustentável.

JU – O país registrou, de novo, um baixo crescimento do PIB. A que o senhor atribui este quadro?

Carneiro – Esse indicador sintetiza a fragilidade do processo como um todo. O país cresceu nesses quatro anos de governo Lula mais ou menos o equivalente o que cresceu a Europa, região claramente conhecida por seu baixo dinamismo. O Brasil cresceu muito abaixo dos Estados Unidos, um terço do que cresceu a China, metade do conjunto dos emergentes e metade da América Latina.

Não é possível que o crescimento internacional tenha estimulado o conjunto das economias – mais ainda as economias emergentes –, e não tenha estimulado o Brasil... É claro que estimulou. O elemento complicador foi a política macroeconômica posta em prática desde o governo Fernando Henrique – juros altos, câmbio valorizado. Este é, pelo menos, um dos fatores cruciais.

JU – Não faltaram comparações entre o desempenho do governo Lula e de FHC. Faz sentido esse tipo de análise, quando se sabe que esse crescimento é baixo há pelo menos duas décadas?

Carneiro – A colocação é pertinente. Na verdade, esse problema já vem do governo Collor. Desde o início dos anos 1990, o Brasil optou, por uma forma incorreta de integração à economia globalizada. Houve uma articulação com o que há de menos dinâmico, que é o canal da articulação financeira. São capitais que não trazem investimento nem tecnologia. Trata-se de um padrão distinto do padrão asiático, que investe mais no produtivo e na inovação tecnológica.

JU – Por que a adesão a esse modelo?

Carneiro – O pressuposto é o de que existe uma nova realidade na economia globalizada. É verdade. Vamos, portanto, nos integrar... Tudo bem, também é necessário. Ocorre que, esquematicamente, são dois os padrões de integração. Um comandado por políticas que vão integrar os países da melhor forma. A outra é aquela comandada pelo mercado, que foi a escolha feita por nós desde o governo Collor e acentuada na era FHC. Foi isto que gerou o baixo dinamismo, que persiste no governo Lula.

JU – Em que medida essa integração é nociva?

Carneiro – Existe uma questão subjacente, que não foi explicitada no livro. Quando se trata a questão do desenvolvimento do ponto de vista produtivo, são duas as grandes vertentes na economia. Existe a teoria cepalina, que é a nossa tradição no Instituto de Economia e está enraizada em outras escolas do pensamento mais avançadas. Essa teoria prega que o processo de crescimento é um processo de diversificação, em direção à fronteira tecnológica.

A outra teoria diz que é preciso se especializar naquilo que você faz atualmente de melhor. Foi este o caso brasileiro – a aposta em *commodities*, agronegócios, indústrias intensivas em trabalho e recursos naturais etc. Neste caso, a taxa de crescimento é mais baixa e há menos dinamismo tecnológico. Ocorre que você só faz a diferenciação da estrutura produtiva com políticas ativas. Não existem casos de países que conseguem ir em

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

**O** baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que em 2006 foi de 2,9%, sintetiza a fragilidade da política econômica doméstica levada a cabo nos últimos anos. As razões para o fraco desempenho são muitas, a começar da falta de instrumentos de planejamento nas áreas de infra-estrutura e industrial, passando pela condução da política macroeconômica – cujo eixo é a sobredosagem dos juros e o uso indiscriminado da taxa de câmbio para manter a inflação sob controle –, para culminar com a supremacia das finanças sobre a produção. Até os ganhos obtidos na área social – programas distributivos e aumento da renda, do salário mínimo e do nível do emprego – correm risco de virar poeira caso o país não decole, em razão da mordida cada vez maior em fatias do Orçamento. E a despeito da conjuntura internacional favorável, cuja duração é uma incógnita, o país continuou a reboque de solavancos. A avaliação é do economista Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Unicamp (IE). O docente e seus colegas do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon/IE) já vinham fazendo análises sistemáticas que foram difundidas em sete edições do boletim eletrônico Política Econômica em Foco, produzido desde 2003. A síntese desses estudos acaba de ser exposta no livro A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula (Editora Unesp/Fapesp), talvez a mais aprofundada investigação dos quatro anos da primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Organizada por Carneiro, a obra reúne uma introdução e dez capítulos – escritos por 11 docentes do IE – divididos em três grandes blocos: contexto internacional, estabilidades e políticas macroeconômicas, e crescimento econômico e políticas de desenvolvimento. “O livro não faz profecias, mas aponta os desequilíbrios e anuncia esses ajustes que vêm ocorrendo no campo internacional”, observa Carneiro. Nesta entrevista, o intelectual analisa os descompassos e assimetrias da política econômica brasileira. “A sustentabilidade do modelo adotado é muito questionável”.

“Essa idéia da supremacia dos mercados está embutida na noção de que não foram feitas as políticas que deveriam ser executadas”

Foto: Antoninho Perri

“Não tivemos uma política de infra-estrutura. Isto é fundamental. A partir da qualidade da infra-estrutura, cria-se uma competitividade sistêmica”

O professor Ricardo Carneiro: “A política social é necessária, importante, mas só é sustentável se houver crescimento econômico”

